



Universidade de Brasília

Instituto de Ciência Política

BRENDA COELHO ASSUNÇÃO SILVA

**A INTEGRAÇÃO DOS CUBANO-AMERICANOS NA SOCIEDADE
ESTADUNIDENSE**

Brasília,

2017

BRENDA COELHO ASSUNÇÃO SILVA

**A INTEGRAÇÃO DOS CUBANO-AMERICANOS NA SOCIEDADE
ESTADUNIDENSE**

Monografia apresentada ao Instituto de
Ciência Política, Universidade de
Brasília, como requisito para a obtenção
do grau de Bacharel em Ciência Política.

Orientador: Prof. Dr. Paulo César
Nascimento

Brasília

2017

BRENDA COELHO ASSUNÇÃO SILVA

**A INTEGRAÇÃO DOS CUBANO-AMERICANOS NA SOCIEDADE
ESTADUNIDENSE**

Monografia apresentada ao Instituto de
Ciência Política, Universidade de
Brasília, como requisito para a obtenção
do grau de Bacharel em Ciência Política.

Orientador: Prof. Dr. Paulo César
Nascimento

Aprovada em ____/____/____

BANCA
EXAMINADORA

Prof. Dr. Paulo César
Nascimento
Universidade de Brasília

Parecerista

Sumário

1. Introdução	01
2. Revolução Cubana: plano de fundo para as emigrações para os Estados Unidos	02
3. Perspectiva teórica: Teorias de Assimilação	05
4. Imigração Cubana para os Estados Unidos no período Pós-Revolução Cubana	08
<i>4.1. Consequências da política migratória adotada em 1984</i>	<i>10</i>
<i>4.2. A crise migratória de 1994</i>	<i>12</i>
5. Assimilação no caso dos cubano-americanos	14
6. Conclusões	20
Referências Bibliográficas	24

1. Introdução

Sabe-se que o movimento migratório em massa de Cubanos para os Estados Unidos tem início com a Revolução Cubana. A escolha do destino se deu basicamente por três motivos: a quantidade significativa de cubano-americanos que viviam no sul da Flórida, em especial a existência de fortes comunidades étnicas, que criariam uma atmosfera familiar, a benevolência do governo americano para com os emigrados cubanos e a proximidade geográfica dos dois países – a distância entre Cuba e a costa do Sul da Flórida é de aproximadamente 140 quilômetros (OLIVER, 1999, p.179).

“Nos últimos 50 anos, os cubanos que deixaram o país em direção aos EUA representaram quase 80% das cerca de 2 milhões de pessoas que deixaram a ilha” (O ESTADO DE S. PAULO, 2017).

É diante dessa afirmação que o objetivo do presente trabalho é posto: compreender os motivos que de fato contribuíram para o estabelecimento dessa rota preferencial e a realidade dessas pessoas pós-migração, ou seja, a integração delas na sociedade estadunidense. Esse estudo compreende o espaço de tempo que inclui desde a Revolução Cubana até o acordo resultante da crise migratória de 1994.

Essa migração possui especificidades em relação às migrações provenientes de outros países que pleiteiam os Estados Unidos como destino. Primeiro porque ela tem início no período da Guerra Fria, período esse em que os Estados Unidos ofereceram grande resistência a qualquer organização socialista, principalmente as que se encontravam no território americano. Isso faz provocar um posicionamento diferenciado do país em relação à migração de cubanos. Em segundo lugar, tem-se a composição socioeconômica desses migrantes: que no primeiro momento abrange a parcela mais rica e estável da população cubana (CHÁVEZ, 1996, p. 137-139).

Este trabalho, portanto, se propõe a descrever o contexto por trás da decisão dos cidadãos cubanos em deixar seu país de origem e seguir em direção aos Estados Unidos, além de analisar a situação desses migrantes após a sua instalação no referido país. Isso passará pelo contexto histórico, pelas políticas internacional e interna dos países e pelo perfil desses migrantes, fatores esses que são de grande relevância para se compreender o fenômeno que se pretende estudar.

A compreensão desse caso específico é de extrema importância para se pensar a política migratória atual dos Estados Unidos, tema que tem sido destaque nas últimas campanhas eleitorais do país e que vem gerando discussões ao redor do mundo.

2. Revolução Cubana: plano de fundo para as emigrações para os Estados Unidos

Cuba foi uma colônia espanhola que foi ganhando importância para a metrópole a partir da introdução do café em 1762, que se tornou uma grande fonte de investimentos e, mais tarde, com a produção de açúcar. Ela substituiu o Haiti, que também era colônia espanhola e o maior produtor de cana, após a independência haitiana. Tornou-se assim, o maior produtor de açúcar e levantou o interesse dos Estados Unidos, com quem passou a manter um comércio livre a partir de 1818 (DUARTE, 2013, p.15-16).

Após quase 400 anos de colônia ocorreu o primeiro ato de independência cubana, que teve fim com o *Pacto de Zanjón* em 1878, pacto esse que ocorreu entre a burguesia e o império e que contou com a intermediação dos norte-americanos, para quem a independência não seria interessante naquele momento. Já em 1880, Cuba recebe investimentos diretos e em grande escala dos Estados Unidos, dando início à dinâmica de dependência econômica que o último estabeleceu lá (DUARTE, 2013, p.16-17).

É em 1895 que a Guerra da Independência e a Guerra dos Dez Anos têm início. Em 1898 os Estados Unidos, que antes apoiavam a Espanha, assumem o lado de Cuba na luta, o que foi bem recebido pelos políticos e pela burguesia cubana. Essa mudança ocorreu pela percepção de que Cuba já era sua dependente econômica, de forma que uma dominação indireta já havia sido estabelecida. Esse tipo de dominação, inclusive, era mais vantajosa para os estadunidenses do que a dominação direta da colônia. Sendo assim, em 1898 Cuba conquista a independência da Espanha (DUARTE, 2013, p.18).

Para a instauração da “independência”, os Estados Unidos instalaram um governo militar em Cuba e realizaram dois acordos: a Emenda Platt, que autorizava a instalação de bases militares estadunidenses em Cuba e permitia a sua intervenção em assuntos internos do novo país; além do Tratado de Reciprocidade Comercial, que, a partir da autorização da entrada de capital norte-americano na produção açucareira, garantia o controle de setores estratégicos, não apenas econômicos mas também de infraestrutura, o que era imprescindível para que os

negócios funcionassem, aos Estados Unidos. Além de todos os efeitos imediatos dessas propostas, com o reforço da monocultura, garantiu-se que os outros produtos básicos para o consumo fossem importados deles, o que garantia uma balança comercial favorável para os norte-americanos e, para Cuba, a sua descapitalização e subordinação aos interesses estrangeiros (DUARTE, 2013, p.19; 22; 24).

Importante ressaltar que a escravidão em Cuba foi abolida em 1886, mas que antes disso a indústria do tabaco já fazia uso da mão de obra livre. Assim, com a abolição, houve a união dos trabalhadores livre e dos recém-livres em prol de melhores condições de trabalho. Esse fato é relevante porque possibilita que a politização dos trabalhadores industriais começasse, de fato, antes da abolição:

O movimento operário organizado começou a ser articulado no século XIX. Nessa época o país tinha duas indústrias destacadas, de açúcar e de tabaco. A indústria açucareira utilizava trabalho escravo. Já a indústria do tabaco, por dispor de técnicas mais avançadas de produção, era mantida pelo trabalho livre, cuja condição “livre” os possibilitou que fossem mais politizados e constituíssem uma classe de trabalhadores mais esclarecida (DUARTE, 2013, p.25).

Tem-se, então, a difusão das ideias comunistas; a criação de vários partidos, incluindo partidos socialistas; e a efervescência de movimentos grevistas, principalmente em 1917. As forças trabalhistas continuaram se organizando e lutando por seus direitos, até que em 1952, próximo das eleições cujo potencial vencedor era Roberto Agramante, defensor árduo do anti-imperialismo e do comunismo, Fulgêncio Batista foi enviado pelos Estados Unidos para aplicar um golpe de Estado, garantindo assim, a preservação dos seus interesses (DUARTE, 2013, p.25-26).

Batista colocou o Partido Socialista Popular na ilegalidade, suspendeu a Constituição de 1940, que tinha garantido algumas vitórias sociais aos movimentos grevistas e rompeu relações com a União Soviética. Além disso, adotou medidas econômicas que colocaram o país em “uma crise econômica permanente” (DUARTE, 2013, p.26; 27). É nessa situação que ocorre, em 1953, o Assalto ao Quartel Moncada, que garante a Fidel Castro a posição de líder do movimento de resistência ao governo ditatorial de Fulgêncio Batista (MARTINS; LIEBEL, 2015, p.2).

[O Assalto ao Quartel Moncada] Tinha Fidel Castro no comando, que justificava o levante pela inconstitucionalidade e ilegalidade daquele governo, que chegou ao poder através de um golpe de Estado, sem que o povo tenha-o elegido, e dessa forma criando condições para governar despoticamente (DUARTE, 2013, p.27).

Essa tentativa fez com que ele fosse condenado a cumprir uma pena de quinze anos, apesar de só passar dois anos preso por ser anistiado. Após cumprir sua pena, exilou-se no México, onde, juntamente com seu irmão, Raul Castro, Ernesto Che Guevara e Camilo Cienfuegos continuou com o projeto de resistência. Enquanto isso, em Cuba, sua imagem de herói continuava sendo reforçada e a participação popular no movimento revolucionário crescia devido à repressão que se seguiu e ao assassinato de guerrilheiros (MARTINS; LIEBEL, 2015, p.3) (DUARTE, 2013, p.28).

É no fim de 1956 que Fidel retorna para Cuba e participa do embate contra o governo ditatorial de Fulgêncio Batista conhecido como *Desembarco del Granma*, embate esse que utilizou a tática de guerrilha. Apesar da derrota nessa emboscada, a tática de guerrilha garantiu vitórias significativas e, conseqüentemente, maior apoio da população cubana. Foi em 1958 que o movimento conseguiu invocar uma greve geral que realmente teve impacto. Foram quatro dias de paralisação que resultaram na ocupação dos quarteis Cabaña e Columbia. A situação se tornou tão insustentável para Fulgêncio Batista que ele se viu obrigado a fugir para a República Dominicana. Fidel, por sua vez, continuou avançando pelo território até conseguir chegar em Havana, momento em que o movimento revolucionário tomou o poder (MARTINS; LIEBEL, 2015, p.3) (DUARTE, 2013, p.31).

Duarte (2013, p.29-33) divide a revolução cubana em duas etapas: a social democrática e a socialista. Interessante notar que o movimento revolucionário não assumia, na primeira etapa, um caráter comunista. O seu objetivo era tão somente lutar contra a subordinação econômica cubana aos interesses de outros países, notadamente dos Estados Unidos. Essa luta não possuía um caráter radical anticapitalista e de luta de classes. Não obstante, essa posição muda na segunda etapa, quando os líderes assumem que não há como conciliar o capitalismo com as melhoras que desejavam trazer para os setores mais pobres da população (MARTINS; LIEBEL, 2015, p.2-3).

Com o rompimento, os Estados Unidos adotaram embargos econômicos para Cuba. Como o país possuía uma economia de monocultura açucareira e importava os outros produtos dos estadunidenses, essa nova situação gerou a necessidade de diversificação da produção interna do país. Assim, a produção de cana sofreu redução, o que trouxe conseqüências econômicas indesejadas uma vez que era ela que financiava a importação de maquinário agrícola. Diante dessa conjuntura, Cuba adotou medidas que visavam reverter a situação, como a racionalização dos gastos sociais, a adoção de uma nova política agrícola baseada na reforma

agrária e, mais tarde, a nacionalização de empresas e bancos estrangeiros, em especial os norte-americanas. Como resposta, os Estados Unidos treinaram um grupo de exilados cubanos para tentar invadir Cuba através da Baía dos Porcos em 1961 e fundar um governo provisório (MARTINS; LIEBEL, 2015, p.2-3) (DUARTE, 2013, p.35-38).

Em 1962, ocorre a Conferência de Punta del Este em que os países decidiram a participação de Cuba na Organização dos Estados Americanos (OEA): havia países que defendiam a aplicação de sanções econômicas, diplomáticas e militares, como era o caso dos Estados Unidos, e havia aqueles que defendiam que a política interna dos países membros não dizia respeito à organização, de forma a serem contrários a todos os tipos de intervenção propostos. Os Estados Unidos conseguiram, por fim, a exclusão do governo de Fidel Castro da instituição (MARTINS; LIEBEL, 2015, p.5).

3. Perspectiva teórica: Teorias de Assimilação

A teoria clássica da assimilação postula duas visões opostas sobre esse efeito para os imigrantes contemporâneos: a de que eles não conseguem se integrar de fato ao país de destino, mas sim ser incorporados pelo multiculturalismo, de modo que não se sentiriam e nem seriam vistos como cidadãos do país de destino; e a de que o processo de integração deles se assemelha ao dos imigrantes europeus do começo do século XX, que seria uma integração mais efetiva, com a assimilação da cultura do país de destino e a recusa da cultura do país de origem.

Os especialistas que defendem a primeira opção justificam seu posicionamento ao afirmar que os imigrantes contemporâneos são predominantemente não-brancos, ao contrário dos imigrantes europeus, e que os imigrantes contemporâneos, na maioria das vezes caracterizados pela mão-de-obra não qualificada, não conseguiriam se integrar economicamente em uma sociedade que necessita cada vez mais de qualificação profissional e tecnológica. Por último, tem-se que devido à continuidade dos processos migratórios, os grupos de imigrantes se organizariam em comunidades étnicas, o que reforça a sua ligação identitária com o país de origem (ARIAS, 2001, p. 525-526).

Já os especialistas que defendem a segunda alternativa apontam que assim como a maioria dos imigrantes contemporâneos são não-brancos, alguns imigrantes europeus também eram vistos como não-brancos, como é o caso dos judeus. Dessa forma, eles teriam passado por

barreiras raciais de integração semelhantes. Já a justificativa da dificuldade de integração econômica é minimizada pela perspectiva de que os imigrantes contemporâneos possuem uma variedade de capital humano, econômico e social que aqueles do início do século passado não possuíam. Assim, a dificuldade de integração econômica se aplica a alguns grupos de imigrantes, mas não a todos (ARIAS, 2001, p.526).

Gordon explica que para a integração dos imigrantes na sociedade de destino é necessário que a assimilação estrutural seja alcançada. Ao explicar esse fenômeno, ele aponta que são vários os processos necessários para a conquista desse fim, sendo a assimilação cultural o ponto inicial. Sua teoria, no entanto, não apresenta de forma clara e objetiva o que desencadearia, causalmente, essa assimilação. Alba e Nee, por sua vez, estabelecem outra ordem de eventos: enquanto em Gordon a assimilação cultural é o ponto inicial, em Alba e Nee esse papel é da assimilação sociocultural. Para que a redução da distância social, ou seja, o estabelecimento de pontos comuns que criem um sentimento de proximidade, seja conquistada, é necessário, antes, alcançar a paridade econômica, sendo difícil estabelecer qualquer tipo de assimilação sem ela (ARIAS, 2001, p.526-527).

Para Alba e Nee, essa redução da distância social possui como um dos principais desencadeadores a assimilação econômica, que é ilustrada pela paridade de oportunidades educacionais e profissionais entre o grupo imigrante e o grupo nato do país. Essa paridade possibilitaria a mobilidade social, levando à diminuição das barreiras sociais e aumentando o contato entre os indivíduos dos dois grupos, contato esse que diminuiria a percepção da distância social. Importante ressaltar que barreiras étnicas e raciais podem estar tão institucionalizadas que a assimilação econômica não seja suficiente para a integração na sociedade. Soma-se a isso o efeito das comunidades étnicas prósperas, trazido por Portes e Zhou. Uma vez que essas comunidades sejam economicamente prósperas e possuam tal grau de institucionalização efetiva, os próprios imigrantes podem não identificar necessidade de se integrar à comunidade hospedeira, já que suas necessidades estão sendo satisfeitas na comunidade. Preferem, assim, manter a sua identidade étnica a se integrar no grupo primário (ARIAS, 2001, p. 527-528).

Essa percepção trazida por Portes e Zhou leva a um ponto interessante, que diz respeito a percepções individuais que levarão o imigrante a decidir pela integração no novo país ou por reforçar a sua ligação identitária com o país de origem e, assim, ser visto proposadamente como integrante do grupo de estrangeiros de tal país – no caso específico, como cubano. Isso

porque, principalmente com relação aos imigrantes recentes, a busca pela aceitação individual pela sociedade do país de destino leva ao distanciamento de seus pares que integram as comunidades étnicas.

Por fim, para complementar a teoria da assimilação clássica, Portez, Haller e Fernández-Kelly (2008, p.13-14) trarão a perspectiva da teoria da assimilação segmentada de Gans. Assim, defenderiam que a bagagem de capital humano que os imigrantes levariam seria uma variável definidora do tipo de experiência e de integração que esses imigrantes teriam. Segundo essa teoria, tem-se que analisar três fatores.

O primeiro diz respeito aos fatores exógenos, que nada mais são do que os recursos que a família imigrante dispõe, como o capital humano, a recepção no país de destino e a composição familiar. O capital humano é composto pelas habilidades e conhecimentos que tornam a pessoa competitiva no mercado de trabalho e, com isso, trazem a possibilidade de ascensão social. Além de possuir os requisitos educacionais, é necessário que se tenha um ambiente favorável, que traga oportunidades para que o aproveitamento desse capital humano ocorra. Um ambiente favorável seria aquele sem hostilidade na recepção do imigrante, seja por parte do governo, seja da população, e com a presença de comunidades étnicas prósperas. Essa recepção pode mudar de imigrante para imigrante, recebendo um tratamento pior os ilegais e pobres. Já em relação à família, tem-se que aquelas que possuem maior rede de apoio econômico e emocional para os filhos são as que permitem uma melhor adaptação destes no novo ambiente de morada (PORTEZ; HALLER, FERNÁNDEZ-KELLY, 2008, p.15-16).

O segundo fator diz respeito aos obstáculos para a integração, cujos principais são o racismo, a divisão do mercado de trabalho entre trabalhos manuais e especializados, além da entrada em gangues e no tráfico de drogas. A percepção dos imigrantes como majoritariamente não-brancos traz consequências na diferença de tratamento que essas pessoas recebem na sociedade, de forma que o racismo é uma barreira importante a ser considerada. Além disso, com o processo de substituição da supremacia da indústria pela economia de serviços, criou-se uma divisão entre uma categoria superior de trabalho, que requer conhecimentos específicos, e uma categoria inferior, que praticamente só necessita de força física. Assim, se antes era possível percorrer um caminho de ascensão de atividades braçais para as qualificadas no interior da fábrica, isso não é mais possível. Soma-se a isso o fato de que a desigualdade tem crescido nos Estados Unidos, o que torna mais iminente o desejo de mudança de vida, ao mesmo tempo em que essa realização se torna mais difícil, sendo necessária a conquista de um diploma

universitário. Sendo assim, ou os filhos continuam em empregos semelhantes aos dos pais ou recorrem ao crime, que se apresenta como uma alternativa mais lucrativa, apesar do alto nível de violência. Isso é o que os autores chamarão de assimilação descendente, que ocorre quando a assimilação de valores do país de destino acaba levando à uma mobilidade negativa (PORTEZ; HALLER, FERNÁNDEZ-KELLY, 2008, p.17-18).

O último fator, por sua vez, traz mais elementos que comporão às trajetórias de adaptação, que dizem respeito ao processo de aculturação entre as gerações. Aqui os autores apresentam três tipos de aculturação: a consonante, a seletiva e a dissonante. A aculturação consonante é mais comum entre os imigrantes que detêm boa educação formal e é caracterizada pela adaptação conjunta da família aos costumes do país de destino. Já a aculturação seletiva, que é caracterizada pela assimilação de alguns elementos da cultura do país residente ao mesmo tempo que preserva aspectos dos seus hábitos de origem, ocorre quando os imigrantes vivem em uma comunidade étnica. Por fim, a aculturação dissonante, mais presente entre imigrantes pobres é referente à disposição das gerações mais novas em aderir à cultura do anfitrião e à indisposição das gerações mais velhas em fazê-lo, o que causaria rupturas. Esse último tipo de assimilação estaria associada à adoção de caminhos desviantes (PORTEZ; HALLER, FERNÁNDEZ-KELLY, 2008, p.18-20).

4. Imigração Cubana para os Estados Unidos no período Pós-Revolução Cubana

A emigração cubana é um fenômeno marcado pela imagem política que traz. Principalmente até o início da década de 1980, a referência midiática e até mesmo acadêmica que o fato recebia evidenciava o viés político do fluxo migratório, interpretando-o apenas a essa luz e trazendo o estigma de sempre se tratar de um movimento com motivos que se enquadram na classificação de refúgio político¹ (CHÁVEZ, 1996, p.135-136).

Essa chegou a ser, inclusive, a posição oficial tanto dos Estados Unidos quanto de Cuba sobre o tema. Isso porque os dois países estavam envolvidos em um conflito bilateral com enfoque ideológico. Dessa forma, os Estados Unidos adotaram políticas imigratórias especiais

¹ “Refúgio político é concedido ao imigrante por fundado temor de perseguição por motivos de raça, religião, nacionalidade, grupo social ou opiniões políticas.” (Entenda as diferenças entre refúgio e asilo. Disponível em: <<http://www.justica.gov.br/noticias/entenda-as-diferencas-entre-refugio-e-asilo>>. Visitado pela última vez em: 5 de dezembro de 2017)

para os cubanos com a finalidade de desestabilizar e mostrar o quão inviável era a Revolução que ocorreu no país, e Cuba, no primeiro momento, adotou um discurso político que apontava seus emigrantes como apátridas e contrarrevolucionários. Claro que dentre esse grupo havia pessoas que realmente tinham atuado ativamente contra o regime, mas ambos os países agruparam todo ele como portador de um único motivo para sair do país de origem e adentrar o solo norte-americano. Essa visão unificadora se deu apesar de a emigração cubana apresentar três momentos (CHÁVEZ, 1996, p.135-137).

Cuba, em específico, apresentou diferentes denominações para os emigrados de acordo com o que estava acontecendo tanto internamente, quanto em suas relações externas com os Estados Unidos e com os próprios emigrantes. Dessa forma, no primeiro momento, que vai de 1959 a 1973, temos as denominações contrarrevolucionários e apátridas. Em 1978 as relações entre os emigrantes e o governo melhorou, de forma que os primeiros passaram a ser chamados de “a comunidade” e possuíam autorização para ir à Cuba visitar os familiares que permaneceram por lá. Já em 1980, tem-se o termo escória para designar aqueles que emigraram pelo Porto Mariel e cujo grupo era composto por pessoas marginalizadas na sociedade cubana. Por fim, com a mudança de contextos internos e externos, marcado pela década de 1990, e com a melhoria das relações entre Cuba e os emigrantes surgem as denominações emigrantes e comunidade emigrada (CHÁVEZ, 1996, p.136-137).

Os Estados Unidos, por sua vez, trataram esse movimento migratório desde o primeiro momento como algo político, inclusive conferindo o tratamento de refugiado político, e assumiram a posição de incentivo à imigração cubana no território estadunidense através de leis e programas de incentivo à integração dessa população. Essa situação veio a mudar com a crise imigratória de 1994 (CHÁVEZ, 1996, p.138).

A emigração cubana apresentou três ondas: de 1959 a 1962, de 1965 a 1973 e de abril a setembro de 1980. Nas duas primeiras ondas tem-se a emigração da população socioeconômica mais estável e rica de Cuba, enquanto em 1980 temos a saída dos setores mais marginalizados da população. Esses momentos aliados a suas características intrínsecas e diferenciadas, e ainda associados a perspectiva dos acontecimentos internos à Cuba e externos, além dos fatores estruturais e familiares que garantiram motivos pessoais, são de extrema importância para analisar esse fenômeno de migração (CHÁVEZ, 1996, p. 137-139).

4.1. Consequências da política migratória adotada em 1984

Além dessas três fases clássicas, Chávez também faz uma análise da imigração cubana nos Estados Unidos do período que vai de 1988 a 1993, período esse que precede o acordo feito em 1984 pelos dois países a fim de regularizar a migração entre as duas regiões². Assim, foram estabelecidos para os Estados Unidos o número de vistos preferenciais que poderiam ser expedidos, de vistos de refúgio e de vistos para cubanos que possuem família estadunidense. Já Cuba deveria aceitar em seu território os cubanos que não conseguiram a legalização de sua situação nos Estados Unidos. As taxas de emigração nesse período, no entanto, ficaram abaixo das apresentadas nas três ondas migratórias de referência e mostraram um aumento das emigrações irregulares, sendo a principal delas a permanência de emigrantes que entraram com visto temporário, a partir de 1990 (CHÁVEZ, 1996, p.139-141).

Entre 1988 e 1993 fixaram-se em território norte-americano cerca de 60300 cubanos, entre imigrantes legais e ilegais. A média anual nesse período foi 5,4 vezes menor do que a média entre 1959 e 1962, 4,6 vezes menor do que na etapa 1965-73 e 12,5 vezes menor do que em 1980 (CHÁVEZ, 1996, p.140).

É importante ressaltar que os Estados Unidos não estavam seguindo o que foi acordado, restringindo consideravelmente os vistos de reunião familiar, conferindo indiscriminadamente o status de refugiado aos imigrantes cubanos que não possuíam o visto para permanência no país e a partir da criação do programa Êxodos, que transferia cubanos que estavam em outros países para os Estados Unidos como refugiados. Essas estratégias do governo americano, de acordo com Chávez, visavam evidenciar uma suposta perseguição em massa de Cuba contra movimentos internos de oposição e criar uma situação de conflito político entre os dois países. Cuba, por sua vez, mostrou-se mais flexível com a questão da emigração de seus cidadãos, facilitando sua saída e melhorando a suas relações com os egressos. Esses dois efeitos combinados, o incentivo à emigração e a dificuldade de conseguir o visto de imigrante, geravam uma situação confusa para os que desejavam emigrar para os Estados Unidos e incentivavam as migrações ilegais (CHÁVEZ, 1996, p.140-144).

Chávez também apresenta um levantamento feito por guardas fronteiriços cubanos com pessoas flagradas tentando sair ilegalmente do país. Esse levantamento apontou que a maioria

² O período de referência começa em 1988 e não em 1984, quando o acordo foi estabelecido, porque ele foi suspenso poucos meses depois e só foi restabelecido no final de 1987.

tentava sair por motivos econômicos e que havia uma multiplicidade de fatores envolvidos nessa escolha. É importante ressaltar a metodologia desse levantamento é problemática, visto que os entrevistados haviam sido flagrados cometendo uma infração, que ele foi realizado pelos guardas que os surpreenderam e que, caso realmente estivesse ocorrendo uma perseguição política generalizada, os entrevistados provavelmente não apontariam esse problema na sua resposta. No entanto, apesar de ser uma pesquisa que possivelmente possuiu um viés de constrangimento, ela confirma o que pode ser encontrado em “Situação atual do Programa de Refugiados Cubanos”, documento estadunidense datado de janeiro de 1994, que aponta que os pedidos de refúgio, em sua maioria, não apresentam evidências fortes de perseguição política, sendo o motivo econômico o principal pretexto do pedido (CHÁVEZ, 1996, p.141-143).

A crise migratória de 1994 é o resultado tanto dos fatores conjunturais e da crise econômica de Cuba quanto da situação confusa criada pelas políticas migratórias dos países de origem e de destino, o que, como já foi dito acima, incentivou a migração ilegal. Cuba também havia tomado medidas mais flexíveis em relação à emigração, como por exemplo, diminuiu a idade mínima para viagens internacionais temporárias, passou a permitir que alguns cubanos trabalhassem no exterior e morassem fora do país, podendo retornar quando bem entendessem. Desse modo, Cuba mudou a posição adotada em relação aos emigrantes, que antes eram vistos como contrarrevolucionários ou traidores da pátria. Agora o governo cubano entende que fatores econômicos e o desejo de reunião familiar com parentes diretos que moram em outros países são pretextos que justificam a saída do país. Essa é uma mudança de postura que trará importantes consequências na imagem do emigrante na sociedade cubana, o que acabaria com a sensação traumática de estar rompendo com o seu país e com a família que permanece lá. No entanto, a situação confusa criada pelas políticas migratórias também desenvolveu uma situação psicológica frágil (CHÁVEZ, 1996, p.143-144).

Como foi falado anteriormente, as políticas migratórias adotadas pelos dois países a partir de 1984, resultaram no aumento das saídas ilegais dos cubanos de seu país de origem. Para conseguir esse feito, eles recorriam frequentemente a ações criminosas, como vandalismo, furto de aviações e barcos, ocupação e assalto de embaixadas, ações essas que resultavam por vezes em assassinatos. Esses atos eram incentivados pela certeza de que os Estados Unidos os aceitariam em seu país mesmo eles tendo cometido esses atos para conseguir emigrar. Afinal, casos assim já haviam ocorrido no passado (CHÁVEZ, 1996, p.144).

4.2. A crise migratória de 1994

O caso do rebocador marítimo que foi sequestrado em 13 de julho de 1994 dá início ao que chamamos de crise migratória de 1994. Essa desordem assumiu uma forma generalizada, tendo seu ápice no dia 5 de agosto. Para tentar controlar a situação, o governo cubano, em 12 de agosto de 1994, declarou que não iria mais controlar a saída dos cubanos, por meios próprios, do país. Como resultado, os Estados Unidos passaram a receber milhares de imigrantes ilegais. O presidente Clinton, então, declarou que os imigrantes ilegais cubanos não receberiam mais o status de refugiado político e que os interceptaria em alto-mar, levando-os ou para a base militar de Guantânamo ou para o Panamá. É estabelecida, então, uma situação inédita: Cuba abre as fronteiras para as pessoas que queiram sair de lá por meios próprios e os Estados Unidos deixam de receber os imigrantes cubanos ilegais. Por fim, em 9 de setembro de 1994 é firmado um novo acordo entre Cuba e Estados Unidos sobre o assunto e em 2 de maio de 1995 é firmado um acordo complementar. É estimado que de 13 de agosto a 13 de setembro, período em que Cuba cessou o controle sobre a saída de seu território por meios próprios, cerca de 36 mil cubanos emigraram (CHÁVEZ, 1996, p.144-150).

Nesse novo acordo foram definidos os novos tratamentos que os dois países adotariam em relação aos migrantes cubanos já que foi percebido que apenas o tratamento coercitivo não resolveria a questão. Os Estados Unidos também deveriam resolver a questão dos cubanos que tentaram ir ilegalmente para lá durante a crise de 1994 e foram interceptados, estando concentrados na base militar de Guantânamo e no Panamá, além do caso dos cubanos ilegais, que deveriam ser deportados e que não estavam assistidos pelo acordo de 1984 (CHÁVEZ, 1996, p.150).

O modelo antigo adotado pelos estadunidenses estava causando contratempos e necessitava de mudanças: temiam que Guantânamo e o Panamá se tornassem pontes para a entrada no país, além dos gastos que os ilegais representavam para os cofres públicos; o programa Êxodo criou a tendência de os emigrantes cubanos que não conseguiram visto em seu país de origem irem para um terceiro país e, assim, conseguir entrar legalmente nos Estados Unidos; o mesmo ocorrendo com a política adotada pelo México e pela Venezuela, que se tornaram países pontes a partir do momento em que os referidos governos passaram a aceitar cubanos que iriam se reunir com a família lá. Já Cuba procurava um meio de lidar com os

emigrantes legais e ilegais de modo a manter um fluxo saudável e que não a prejudicasse internamente (CHÁVEZ, 1996, p.150-151).

No que concerne a questão dos migrantes ilegais, o novo acordo previu que os Estados Unidos continuariam com a decisão de não mais aceitar imigrantes cubanos ilegais em seu território e que Cuba tentaria persuadir aqueles que tentassem emigrar por vias inseguras a não o fazerem. Além disso seriam destinados esforços para evitar o transporte ilícito de pessoas e a prática de atos violentos por aqueles que tentam fazer essa migração. Assim, a Lei de Ajuste Cubano ³ não seria mais aplicada aos ilegais, mas apenas aos que entraram de forma legal no país. Quanto aos migrantes cubanos que se encontravam interceptados nas bases militares, seria oferecida a possibilidade de repatriação voluntária. Chávez afirma que não foi adotada a deportação imediata para aqueles que não desejassem a repatriação voluntária pelo entendimento ainda vigente de que esses cubanos eram perseguidos políticos. Quanto aos imigrantes legais, se antes os Estados Unidos podiam conceder até 20 mil vistos anuais – pelo acordo de 1984, a partir do acordo esse número passou a marcar a expectativa mínima de imigrantes cubanos por ano. Como a preferência é a familiar, além disso foi estabelecido que os imigrantes aceitos, mas que não eram familiares diretos de cidadãos americanos, teriam seus documentos dentro do prazo de um ano (CHÁVEZ, 1996, p.151-153; 162).

Por sua vez, o acordo complementar de 1995 veio para conferir uma solução ao problema dos interceptados nas bases militares dos Estados Unidos que não aceitaram a possibilidade de repatriação voluntária, caso omissa do acordo de 1994. Essa situação era delicada porque eles não eram deportados imediatamente à Cuba o que criava a sensação de que eventualmente iriam conseguir a permissão, o que incentivava a imigração ilegal. Soma-se a isso o fato de que as condições do acampamento de Guantânamo estavam complicadas devido à lotação, ao sentimento de incerteza que levava a instabilidades entre os acampados e aos altos gastos com a estadia dos cubanos. A fim de resolver esses problemas, o acordo trazia as seguintes soluções: os cubanos concentrados em Guantânamo receberiam uma admissão humanitária provisória, sendo abarcados pela cota anual mínima de imigrantes cubanos; os que fossem inelegíveis, e os que tentassem entrar ilegalmente nos Estados Unidos a partir da data de vigência do acordo, seriam imediatamente repatriados para Cuba; e o refúgio político não seria mais concedido a casos de imigração ilegal, sendo necessário solicitá-lo seguindo as etapas do trâmite legal (CHÁVEZ, 1996, p.153-157).

³ Processo acelerado para que os cubanos conseguissem residência nos Estados Unidos

5. Assimilação no caso dos cubano-americanos

Quando se questiona se a integração cultural e social dos imigrantes contemporâneos não europeus acontece de forma satisfatória na sociedade estadunidense, Arias (2001, p.525) aponta que os especialistas estão divididos entre duas visões: a de que os imigrantes não são de fato integrados, mas sim incorporados pelo multiculturalismo; e a de que o processo de integração deles se assemelha ao dos imigrantes europeus do começo do século XX.

Decidida a entender o caso dos cubano-americanos, Arias (2001), então, apresenta um estudo em que relaciona os padrões de matrimônio entre cubano-americanos e estadunidenses e entre os próprios cubano-americanos com as assimilações cultural e estrutural. Esse grupo de imigrantes foi escolhido exatamente por apresentar características que são apontadas como facilitadoras da assimilação individual e fatores que favoreceriam o fortalecimento das comunidades étnicas, que como já vimos são um fator de retardamento da integração:

The Cuban American population was selected for a couple of reasons. First, Cuban Americans have attained relative socioeconomic parity with the majority population. Second, the majority of Cuban Americans (about 64% in 1990) live in what some call an institutionally rich ethnic community (Dade County, Florida) that should, other things equal, allow individuals to remain ethnically distinct in their patterns of demographic behavior and choice of marriage partners if they so desire. Thus, studying this group allows one to test the assimilation framework while taking into account both individual factors (socioeconomic attainment) and community factors (degree of coethnic concentration) ⁴(ARIAS, 2001, p.530).

Sua justificativa da relação entre os padrões matrimoniais e as assimilações cultural e estrutural é de que as taxas de durabilidade dos casamentos e a idade certa para casar estão conectados aos níveis educacionais e profissionais, já que o desejo de construir carreira profissional pode ser um fator para as mulheres terem filhos mais tardiamente, por exemplo. Outro fator é que os valores referentes à família seriam uma das características culturais mais

⁴ “A população cubana-americana foi selecionada por uma série de razões. Primeiramente, os cubano-americanos atingiram paridade socioeconômica relativa com a maioria da população. Em segundo lugar, a maioria dos cubanos americanos (cerca de 64% em 1990) moram em comunidades étnicas institucionalmente ricas (Dade County, Florida) o que deveria, todas as outras variáveis constantes, permitir que os indivíduos permanecessem etnicamente distintos nos seus padrões de comportamento demográfico e padrões de escolhas conjugais. Portanto, estudar esse grupo possibilita o teste da estrutura de assimilação levando em consideração tanto os fatores individuais (possibilidades socioeconômicas) e fatores comunitários (grau de concentração coétnica)” (tradução livre).

difíceis de serem deixados de lado. Gordon (1964) apontou, em seu trabalho, que hábitos culturais que não são tão intrínsecos são mais fáceis de serem substituídos pelos hábitos da sociedade de destino como forma de integração. No entanto, há aqueles hábitos e valores mais arraigados, que não são tão facilmente abandonados. As crenças religiosas foram apontadas pelo autor como exemplo, e Arias adicionou os valores familiares à lista (ARIAS, 2001, p.529).

Sendo assim, a autora testa duas hipóteses a partir da observação de dados do período entre 1970 e 1990: 1) se há convergência entre os padrões de tempo e de taxas de casamento entre os cubanos e a população estadunidense uma vez que se observa paridade socioeconômica; 2) se há aumento das taxas de casamento entre cubanos e estadunidenses quando se tem a redução da distância social (ARIAS, 2001, p. 530).

Arias (2001, p.531-533; 535) aponta que são observadas características pós-modernas de união nos Estados Unidos a partir da década de sessenta, as quais são: baixas proporções de pessoas que se casam, idade avançada no primeiro casamento, altas taxas de divórcio e a difusão das uniões de fato. Enquanto isso, são observados padrões contraditórios no regime matrimonial de Cuba, que apresenta tanto características pré-modernas, aumento das taxas de casamento, quanto pós-modernas, presença significativa das uniões de fato. Enquanto as uniões de fato sempre estiveram presentes no contexto cubano, são novidade para o contexto estadunidense. Os dados de 1981 do censo de Cuba, apontam algumas proximidades com o caso estadunidense. Em ambos é observado um aumento nas uniões de fato e nas taxas de divórcio, assim como nas taxas de pessoas que não se casaram. No entanto, enquanto nos Estados Unidos a média de idade ao se casar pela primeira vez aumentou, no caso cubano diminuiu. Já ao observar a mobilidade social da população cubana imigrante, percebe-se que, comparada à mobilidade estadunidense, ela é ascendente.

Ao testar a primeira hipótese, Aria (2001, p. 536; 552-553) conclui que os padrões de união dos cubano-americanos convergem em direção aqueles apresentados pelos estadunidenses e distanciam-se dos padrões cubanos. No período entre 1970 e 1990, as taxas de casamento entre os cubanos continuam aumentando e a idade média ao casar diminuindo. Já no caso dos estadunidenses e dos cubano-americanos temos tendência inversa: as taxas de matrimônio mostraram inclinação e a idade média ao casar aumentou.

Já na segunda hipótese, a autora estabelece que os casamentos entre estadunidenses e cubano-americanos são um bom indício de diminuição da distância social, e, portanto, da assimilação cultural, uma vez que os valores referentes à família seriam uma das características

culturais mais difíceis de serem substituídos. Percebeu que fora dos estados que contam com a maior presença de cubanos, eles tendem a contrair matrimônio com outras etnias, sendo a mais frequente a norte-americana. No entanto, quando se trata dos estados com maior concentração de cubano-americanos, a maior parcela de casamento se dá entre cubanos. Além disso, observou que os cubanos com maior nível educacional são os que mais se casam com outras etnias, sendo a mais recorrente a anglo-americana. Assim tem-se a confirmação de que a aproximação cultural e a possibilidade de ascensão social são fatores importantes para a assimilação (ARIAS, 2001, p.543-553).

Outro ponto importante é o de que os casamentos inter-étnicos entre estadunidenses e cubano-americanos se tornaram frequentes em um tempo menor do que o que é esperado – gerações 1.5 e 2 – de acordo com estudos de Pagnini e Morgan (1990), que levaram à conclusão de que esse fenômeno demora mais de duas gerações para acontecer. Além disso, a maioria dos imigrantes cubanos vive em comunidades étnicas institucionalmente ricas, elemento que foi apontado como retardador do processo de integração entre imigrantes e a população nativa (ARIAS, 2001, p.553).

O estudo de Arias, portanto, confirmou a suspeita de que a integração social e cultural dos imigrantes cubanos na sociedade estadunidense, entre os períodos de 1970 e 1990, ocorreu de forma satisfatória.

Portez, Haller e Fernández-Kelly (2008, p.13-14), por sua vez, farão uma análise da integração da segunda geração de imigrantes cubanos nos Estados Unidos baseada na teoria da assimilação segmentada de Gans. Assim, defenderiam que a bagagem de capital humano dos imigrantes seria uma variável definidora do tipo de experiência e de integração que esses imigrantes teriam.

Tentando verificar se há evidências da teoria da assimilação segmentada, os autores analisam os resultados dos três surveys do ELFI (Estudo Longitudinal sobre Filhos de Imigrantes), trazendo a separação por país, o que permite comparar a situação dos cubano-americanos com a dos filhos de imigrantes em geral. Nesse estudo foram avaliados itens como escolaridade média, estrutura familiar, maternidade precoce, renda familiar, prisões e encarceramentos. Além disso, esses surveys permitem a realização de um estudo longitudinal, pois buscou entrevistar as mesmas pessoas. Pela tabela 1, anexada aqui embaixo, é possível examinar os fatores exógenos, que nada mais são do que os recursos que a família imigrante dispõe, como o capital humano, a recepção no país de destino e a composição familiar. Assim,

pode-se comparar os dados da primeira geração com os da segunda geração de imigrantes (PORTEZ; HALLER, FERNÁNDEZ-KELLY, 2008, p.15-16; 22-26)).

TABELA I
Características e Resultados Adaptativos entre Gerações de Imigrantes

PRIMEIRA GERAÇÃO						
NACIONALIDADE	PERCENTUAL SEM A INICI SCHOOL ¹	PERCENTUAL COM ENSINO SUPERIOR	MODALIDADES DE INCORPORAÇÃO ²	RENDIMENTOS ANUAIS MÉDIOS ³	PERCENTUAL EM OCUPAÇÕES PROFISSIONAIS/ EXECUTIVAS	PERCENTUAL EM FAMÍLIAS ESTÁVEIS ⁴
CHINESA	4,4	64,3	Neutra	58.627	47,9	76,7
CUBANA	38,3	19,4	Positiva	48.266	23,3	58,8
FILIPINA	12,0	44,8	Neutra	49.007	28,5	79,4
HAITIANA	35,5	12,6	Negativa	16.394	-	44,9
JAMAICANA/INDIANA OCIDENTAL	20,7	18,0	Negativa	39.102	24,7	43,4
LACIANSÁ/CAMBODJANA	45,3	12,3	Positiva	25.696	14,7	70,8
MEXICANA	69,8	3,7	Negativa	22.442	5,1	59,5
NICARAGUENSE	39,6	14,1	Negativa	32.576	7,2	62,8
VIETNAMITA	30,8	15,3	Positiva	26.822	12,9	73,5

SEGUNDA GERAÇÃO									
NACIONALIDADE	EDUCAÇÃO		RENDIMENTO FAMILIAR		DESEMPREGADOS ⁵	TEM FILHOS	ENCARREGADOS		N
	MÉDIA DE ANO DE ESTUDO	FILHOS SEMPRE OU MENOS ⁶	MÉDIA \$	MÉDIA \$			%	%	
CHINESA	15,4	5,7	57.583	33.611	2,9	0,0	0,0	0,0	35
CUBANA (escola privada)	15,32	7,5	104.767	70.395	3,0	3,0	2,9	3,4	133
CUBANA (escola pública)	14,32	21,7	60.816	48.598	6,2	17,7	5,6	10,5	670
FILIPINA	14,5	15,5	64.442	55.323	7,8	19,4	3,9	6,8	586
HAITIANA	14,44	15,3	34.506	26.974	16,7	24,2	7,1	14,3	95
JAMAICANA/INDIANA OCIDENTAL	14,63	18,1	40.654	30.326	9,4	24,3	8,5	20,0	148
LACIANSÁ/CAMBODJANA	13,3	45,9	34.615	25.179	9,3	25,4	4,3	9,5	186
MEXICANA	13,4	38,0	38.254	32.585	7,3	41,5	10,8	20,2	408
NICARAGUENSE	14,17	26,4	54.049	47.054	4,9	20,1	4,4	9,9	222
VIETNAMITA	14,9	12,6	44.717	34.868	13,9	9,0	7,8	14,6	194
OUTRA (ASIA)	15,2	9,1	58.659	40.278	4,5	11,4	6,7	9,5	46
OUTRA (LATINA)	14,4	25,5	43.476	31.500	2,2	15,2	6,4	18,8	47
OUTRA	14,55	20,8	59.719	40.619	7,3	16,4	4,9	8,3	404

¹ Para pessoas com 16 anos ou mais.

² As modalidades de incorporação são definidas como positiva: refugiados e asilados recebem assistência do governo para se estabelecerem no país; neutra: imigrantes não-negros admitidos para residência permanente legal; negativa: imigrantes negros e as nacionalidades com grandes proporções de ingressantes não autorizados.

³ Rendimentos familiares.

⁴ Filhos vivendo com ambos os pais biológicos.

⁵ Inquiridos sem trabalho, quer estivessem procurando ou não emprego, excetuando-se aqueles ainda regularmente matriculados em instituições de ensino.

FONTE: Estudo Longitudinal de Filhos de Imigrantes (ELFI), terceiro survey, 2002-2003. Adaptado de Portes e Rumbaut (2005, p. 275).

Figura 1: Fonte: PORTEZ, Alejandro; HALLER, William; FERNÁNDEZ-KELLY, Patricia. Filhos de imigrantes nos Estados Unidos. *Tempo Social, revista de sociologia da USP*, 2008, v.20, n.1.

Analisando a primeira geração, pode-se perceber que os cubanos tiveram uma recepção positiva nos Estados Unidos, ou seja, entraram como refugiados e asilados e receberam assistência do governo. Ao contrário da maioria das nacionalidades de imigrantes analisados que, ao contrário, tiveram uma incorporação negativa, qual seja, eram de maioria negra, enfrentando as barreiras do racismo, e entraram ilegalmente no país. Analisando os outros aspectos percebe-se que a população chinesa é a que, no geral, possui os melhores índices o que também se observa nos índices da segunda geração. Comparativamente, a população cubana também apresenta índices favoráveis, de modo que o contexto foi favorável para uma boa adaptação da segunda geração dessa população, assim como ocorreu para chineses e filipinos (PORTEZ; HALLER, FERNÁNDEZ-KELLY, 2008, p.23).

Considerando a tabela da segunda geração, cujos entrevistados possuíam em média 24 anos, nota-se que os cubano-americanos foram divididos em dois grupos: os que frequentaram escolas privadas, que geralmente eram os descendentes dos imigrantes cubanos da primeira e da segunda ondas, e os que frequentaram escolas públicas e escolas particulares bilíngues, que são, na maioria, filhos dos imigrantes da terceira onda e dos imigrantes que vieram depois. Esses últimos possuíam um capital humano menor e a recepção não se deu de forma positiva. Os índices refletem essa situação, apontando que os cubanos das escolas privadas possuíam maior média de anos de estudo (PRI - 15,32%, PÚB - 14,32%), menor taxa de evasão escolar (PRIV - 7,5%, PÚB - 21,7%), renda familiar mais elevada, tanto em média (PRI - 104.767, PÚB - 60.816) quanto em mediana (PRI - 70.392, PÚB - 48.598), menor nível de desemprego (PRI - 3%, PÚB - 6,2%), menor taxa de gravidez na adolescência (PRI - 3%, PÚB - 17,7%) e menor taxa de encarcerados (PRI - 2,9%, PÚB - 5,6%) (PORTEZ; HALLER, FERNÁNDEZ-KELLY, 2008, p.23-24).

Essa comparação entre os descendentes das primeiras ondas e dos advindos da terceira onda em diante, faz os autores reafirmarem algo que já havia sido dito anteriormente por Perez em 2001, e por Portes e Stepick em 1993: “De todos os principais grupos imigrantes que chegaram aos Estados Unidos depois de 1960, os cubanos são os únicos a ter passado de uma modalidade positiva para uma modalidade negativa de incorporação marcada pelo êxodo Mariel e seu desfecho” (PORTEZ; HALLER, FERNÁNDEZ-KELLY, 2008, p.23).

Enquanto isso, os mexicanos apresentam a maior taxa de evasão escolar (38%) e a menor média de anos de estudo (13,4 anos), apesar de apresentarem melhora considerável em relação à primeira geração, que possuíam escolaridade significativamente baixa. A menor renda familiar é a dos haitianos, com média de 34.506 dólares e mediana de 26.974 dólares, além de a maior porcentagem de desempregados (16,7%) também pertencer a essa nacionalidade. Os níveis de gravidez na adolescência, particularmente altos entre os mexicanos (41,5%) criariam uma situação que reforçaria ainda mais o ciclo de desvantagens, uma vez que se trata de uma população com baixa qualificação profissional e que já apresenta necessidade de sustentar filhos muito cedo. Já quanto aos encarcerados, a dianteira está com os mexicanos, com quase 11% dos entrevistados já tendo passado por essa situação (PORTEZ; HALLER, FERNÁNDEZ-KELLY, 2008, p.24-26).

Os autores também introduzem modelos multivariados que tentam esclarecer questões que ainda não podem ser respondidas satisfatoriamente apenas com os dados expostos acima,

como as condições que possibilitam a fuga da estagnação e da assimilação descendente pelos imigrantes que crescem com condições desvantajosas. Nesses modelos não foram analisados o caso dos cubano-americanos isoladamente, pois o foco está nas nacionalidades que apresentaram mais desvantagens para a assimilação (PORTEZ; HALLER, FERNÁNDEZ-KELLY, 2008, p.26).

Pela análise das variáveis referentes ao status socioeconômico, à estrutura familiar, foi possível concluir que o baixo capital humano e a incorporação negativa são as variáveis mais expressivas na determinação da assimilação do grupo de imigrantes. Exemplificando, mesmo quando se isola o baixo capital humano dos mexicanos, os seus filhos continuam passando por desvantagens sociais expressivas, já que a sua incorporação foi negativa. Ocorre o processo inverso com os laosianos e cambojanos, cuja incorporação positiva consegue superar o efeito do baixo capital humano, de modo que mesmo considerando as características familiares essa nacionalidade não apresenta desvantagens resultantes de sua origem (PORTEZ; HALLER, FERNÁNDEZ-KELLY, 2008, p.26;30).

Quando é adicionada a variável da escolaridade, as conclusões permanecem as mesmas, visto que ela reflete a qualificação e, portanto, o status socioeconômico. Desse modo, frequentar escolas reconhecidas é um condicionante que reduz a expectativa de sofrer assimilação dissonante. Outros fatores relevantes são o êxito acadêmico e a ambição educacional, principalmente quando medidos na adolescência tardia. (PORTEZ; HALLER, FERNÁNDEZ-KELLY, 2008, p.30).

Por fim, foi feito um esforço de identificar fatores que possibilitaram a ascensão de pessoas que se encontravam em situação de desvantagens sociais agudas. Esse esforço permitiu a identificação de entrevistados que se encaixavam nesse perfil e a realização de novas entrevistas com eles, a fim de identificar tendências em comum. Foi inferido que a presença de pais severos, que tentavam controlar “contatos externos extensivos” e que prezavam pela aculturação seletiva era um ponto em comum. Essas características protegiam os filhos do envolvimento com gangues e com o tráfico de drogas, além de não quebrar a referência cultural dos jovens e possibilitar uma vivência familiar sem conflitos inter geracionais causados pela aculturação dissonante. Essa referência cultural se dá tanto na relação com os pais, que são referência de valores e de dignidade, quanto no “capital cultural”, que consiste na memória, geralmente de um passado admirável, seja ela real ou não, de como era a vida no outro país. Outra característica é a presença de uma figura marcante que impulsiona a pessoa a fazer

faculdade, indicando o caminho que deve seguir e a presença de programas de assistência, configurando uma questão de política pública (PORTEZ; HALLER, FERNÁNDEZ-KELLY, 2008, p.34-36; 39-41).

6. Conclusões

Diante do contexto histórico apresentado, o que podemos inferir é que o caráter político-ideológico se mostrou essencial na forma como a questão da migração Cuba-Estados Unidos foi tratada. A visão política dessa migração era incentivada pelo governo americano na medida em que fortalecia o seu discurso durante o embate ideológico e bilateral estabelecido com Cuba, mostrando o regime estabelecido no período pós-revolução como insustentável. O governo cubano, por sua vez, também incentivava essa visão, tratando os emigrantes como traidores da nação e criando uma situação psicológica de desestímulo para a emigração, já que ao praticar esse ato os emigrantes cortavam os laços com o país e com a família que permaneceu lá.

Sendo assim, tanto dentro do discurso oficial dos dois países quanto na percepção que as pessoas e as mídias tinham do fato, os cubanos emigrados representavam a perseguição política demasiada que ocorria no interior do país. Tratava-se, portanto, de uma questão humanitária de refúgio e asilo político. As políticas migratórias adotadas a partir dessa perspectiva criavam um cenário instável e incentivavam as migrações ilegais, já que os Estados Unidos criaram facilidades de entrada no país, como o incentivo à imigração cubana no território estadunidense através de leis e programas de incentivo à integração dessa população, e Cuba reprimia ao máximo a emigração.

Foi apenas com a crise de migração de 1994, em que foi criada uma situação caótica, que os dois países se viram obrigados a mudar o posicionamento a respeito do tema e buscar novas alternativas. Com essa consciência e com a mudança no discurso sobre a migração cubana – os dois países assumiram o discurso de que não eram as questões políticas as que mais motivavam o fluxo migratório – as políticas adotadas em ambos os países sofreram mudanças. Combateu-se, assim, com o acordo de 1994 e com o acordo complementar de 1995, o caráter dúbio das políticas anteriores: os Estados Unidos passaram a não aceitar mais imigrantes cubanos ilegais, deportando-os imediatamente para Cuba, ao mesmo tempo que o outro país não ofereceu mais resistência à emigração e criou facilidades para o processo, além de buscar

resolver as questões internas que conferem motivos para o desejo de saída de seus habitantes. Com a certeza de que não seriam aceitos caso recorressem a meios ilegais de entrada e com as facilidades de ingresso pela via legal que os cubanos continuaram a contar, o fluxo migratório dos cubanos pôde ser melhor controlado.

Tem-se, portanto, que a situação cubana é ímpar e representa um caso de incorporação positiva, variável importante para se analisar o processo de integração dos cubano-americanos. Essa análise se eu a partir de estudos feitos tanto por Aria (2001), que partiu das concepções da teoria clássica da assimilação, quanto por Portez, Haller e Fernández-Kelly (2008), que adotaram versões mais atualizadas dessa teoria.

A teoria clássica postula dois efeitos possíveis e opostos para a integração dos imigrantes contemporâneos: ou ocorre apenas a incorporação pelo multiculturalismo, não sendo eles integrados de fato ao novo país; ou ocorre uma integração mais efetiva, como a que ocorreu com os imigrantes europeus do começo do século XX. A perspectiva vencedora do embate foi segunda, que defende a integração completa dos imigrantes à sociedade de destino. Essa integração se daria a partir da assimilação que, apesar das nuances, apresentava que o pertencimento se daria a partir de processos de assimilação, como a cultural, a econômica e a sociocultural, por exemplo, alcançando, por fim, a assimilação estrutural.

A pesquisa de Aria (2001) demonstrou que a assimilação entre cubano-americanos e estadunidenses tem ocorrido de forma satisfatória já que: 1) os comportamentos dos dois grupos têm se aproximado, enquanto o comportamento dos cubano-americanos tem se distanciado do que é observado nos cubanos e; 2) os cubano-americanos se casam com não cubanos, mais frequentemente, nas cidades em que eles não estão tão concentrados. No entanto, quando há casamento inter-étnico na maioria das vezes ele se dá com estadunidenses. Assim, os valores familiares dos cubano-americanos, apontados como um dos hábitos culturais mais difíceis de serem assimilados, têm mostrado convergência com o comportamento dos estadunidenses e distanciamento com o apresentado em Cuba, além de estarem ocorrendo mais casamentos inter-étnicos entre os dois grupos. Ocorrência essa que é mais frequente entre cubanos que conseguiram se equiparar economicamente à situação média dos Estados Unidos, o que comprova tanto a hipótese da assimilação cultural quanto da econômica. Outro ponto favorável é o de que apesar de, na maioria das vezes, os cubano-americanos se casarem entre si nas localidades em que estão mais concentrados, os casamentos inter-étnicos entre estadunidenses e cubano-americanos se tornaram frequentes em um tempo menor do que o que é esperado.

Já Portez, Haller e Fernández-Kelly (2008) apontam que ao contrário do previsto pela perspectiva positiva da teoria da assimilação, que era a corrente predominante e que acreditava que os imigrantes estavam caminhando para uma integração efetiva, a segunda geração apresenta sim casos de assimilação descendente. Eles são desencadeados pela influência dos fatores exógenos, que são os recursos que a família imigrante dispõe, como o capital humano, a recepção no país de destino e a composição familiar. Desses fatores, os que possuem mais poder determinante são o capital humano e a incorporação negativa.

No caso específico dos cubano-americanos, a pesquisa de Portez, Haller e Fernández-Kelly (2008) evidenciou que eles possuem indicadores favoráveis tanto nos quesitos educacionais, de renda e familiares, o que garante uma situação de assimilação favorável. No entanto, perceberam uma tendência contrária ao que se observou nesse período dentre os imigrantes.

Primeiro eles experimentaram a incorporação positiva, por se tratarem de cubanos de classe média e alta e por servirem à política externa estadunidense de tentar desmontar o sistema político e econômico adotado por Cuba no período pós-revolução. No entanto, após o êxodo de Mariel, que marcou a mudança de atitude do governo estadunidense perante os imigrantes cubanos, juntamente com a mudança do perfil que migrava de um país para o outro – com maior variabilidade de capital humano e, conseqüentemente, com a maior presença de cubanos marginalizados –, os novos migrantes experimentaram incorporação menos positiva. Não foram mais reconhecidos como refugiados e o governo não dispensava mais tratamento tão diferenciado. Essa diferença gerou a separação entre os grupos de cubanos nas amostras da pesquisa, revelando que o primeiro grupo teve um desempenho melhor do que o segundo em todas as variáveis analisadas, apesar de mesmo no caso menos favorável os cubanos ainda assim se saírem melhores do que outras nacionalidades.

Ainda foi concluído que a assimilação seletiva, aquela que busca combinar aspectos da cultura de origem com a cultura do país receptor, é positiva para a ascensão social dos imigrantes. Apesar de o estudo focar apenas nas comunidades com desvantagens sociais agudas, o que não se encaixa no caso cubano, não podemos deixar de fazer uma confrontação com as comunidades étnicas cubanas, encontradas principalmente no sul da Flórida. A partir dessa percepção cria-se um embate entre a hipótese de que a organização dos cubano-americanos em comunidades étnicas também configura uma situação vantajosa para a adaptação dos imigrantes

dessa nacionalidade e a concepção de que esses espaços criam um desejo de isolamento em relação à sociedade receptora.

Como foi dito acima, essa hipótese vai contra o que foi apontado por teóricos clássicos da assimilação no estudo de Arias (2001) que defendiam que as comunidades étnicas prósperas teriam um efeito retardatário para a integração dos imigrantes na sociedade de destino, uma vez que suas necessidades estariam sendo satisfeitas dentro da comunidade. Essa situação, para eles, geraria uma situação de isolamento. No entanto, a teoria clássica não percebia nuances de assimilação, assumindo apenas o sim, ocorre assimilação, ou o não, não ocorre assimilação. Dessa forma, a assimilação seletiva, por exemplo, não é testada. Além disso, a teoria da assimilação proposta por Portez, Haller e Fernández-Kelly (2008) traz novas variáveis, como a questão do “capital cultural” que teria no ambiente das comunidades étnicas uma atmosfera propícia para a preservação da memória da vida no país de origem.

Essa é uma hipótese que, apesar de não possuir espaço para ser discutida mais profundamente aqui, creio que seja digna de receber mais atenção e estudos. Afinal, essas comunidades realmente têm o efeito de isolamento ou criam a situação de assimilação seletiva, que é, ao contrário do isolamento, benéfica para a integração?

Afinal, as comunidades étnicas levantam o debate das percepções individuais que levarão o imigrante a decidir pela integração no novo país ou por reforçar a sua ligação identitária com o país de origem e, assim, ser visto propositadamente como integrante do grupo de estrangeiros de tal país – no caso específico, como cubano. Importante ressaltar que tem-se aí um *trade off*, já que principalmente com relação aos imigrantes recentes, a busca pela aceitação individual pela sociedade do país de destino leva ao distanciamento de seus pares que integram as comunidades étnicas e que buscam o isolamento. Por outro lado, por mais que se integre economicamente e seu ciclo social seja rodeado de integrantes do país de destino, e não sofra preconceitos ou perceba a presença de barreiras sociais pela sua condição de estrangeiro, ele continuará sendo ultimamente visto pelo grupo primário como imigrante ou descendente de imigrante.

Referências Bibliográficas

_____. Cubans in the United States. Fact Sheet. Pew Research Center: Hispanic Trends. 25 de agosto de 2006. Disponível em: <<http://www.pewhispanic.org/files/factsheets/23.pdf>>. Último acesso em: 7 de dezembro de 2017.

_____. Entenda as diferenças entre refúgio e asilo. Disponível em: <<http://www.justica.gov.br/noticias/entenda-as-diferencas-entre-refugio-e-asilo>>. Último acesso em: 6 de dezembro de 2017.

_____. Entenda: meio século de migração cubana para os EUA. O Estado de São Paulo. 13 de janeiro de 2017. Disponível em: <<http://internacional.estadao.com.br/noticias/geral,entenda-meio-seculo-de-migracao-cubana-para-os-eua,10000099901>>. Último acesso em: 8 de dezembro de 2017.

ARIAS, Elizabeth. Change in Nuptiality Patterns Among Cuban Americans: Evidence of Cultural and Structural Assimilation? *International Migration Review*, Vol. 35, n. 2, verão de 2001, p. 525-556. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/2675879>>. Último acesso em: 23 de outubro de 2017.

BATALOVA, Jeanne; ZONG, Jie. Cuban Immigrants in the United States. Migration Policy Institute. 9 de novembro de 2017. Disponível em: <<https://www.migrationpolicy.org/article/cuban-immigrants-united-states>>. Último acesso em: 7 de dezembro de 2017.

DUARTE, Fernanda da Rosa. A Revolução Cubana e a Busca pela Democracia em Cuba. 2013. 70 f. Trabalho de Conclusão de Curso de Ciências Econômicas pela Universidade Federal de Santa Catarina - USFC. Florianópolis, 2013. Disponível em: <<http://cnm.ufsc.br/files/2013/09/Monografia-da-Fernanda-da-Rosa-Duarte.pdf>>. Último acesso em: 7 de dezembro de 2017.

MARTINS, Luís Carlos dos Passos; LIEBEL, Vinícius. A Revolução Cubana e suas Recepções: Imprensa e Academia. *Revista Contemporânea*, Vol. 2, nº 8, 2015, p.1-24.

NORDHEIMER, Jon. For Cuban-Americans, an Era of Change. 13 de abril de 1988. Disponível em: <<http://www.nytimes.com/1988/04/13/us/for-cuban-americans-an-era-of-change.html?pagewanted=all>>. Último acesso em: 7 de dezembro de 2017.

OLIVER, Ellen (1999). Cuban immigration and the Cuban-American experience: a selective annotated bibliography. *Reference Services Review*, vol. 27 Issue: 2, pp. 179-207. Disponível em: <<http://doi.org/10.1108/009073299102752231>>. Último acesso em: 23 de outubro de 2017.

PORTES, Alejandro; HALLER, William; FERNÁNDEZ-KELLY, Patricia. Filhos de imigrantes nos Estados Unidos. Tradução de Melissa Mattos Pimenta. *Tempo Social*, São Paulo, v. 20, n. 1, p. 13-50, jan. 2008. ISSN 1809-4554. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/ts/article/view/12559/14336>>. Acesso em: 07 dec. 2017. doi:<http://dx.doi.org/10.1590/S0103-20702008000100002>.